



## APRESENTAÇÃO

Presentation

*Eu não escreverei mais o nome desse país  
enquanto o estupro for prática diária  
e o ideal da mulher, a mãe gentil.*

(Luiza Romão, *A colonização foi um estupro*)

O dossiê *V ENGTEG: Gênero e colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente* foi um convite da Revista Caderno Espaço Feminino. É o resultado do trabalho de historiadoras-professoras, de norte a sul do país, que fazem parte da Associação Nacional de História (ANPUH/BR) e integram o Grupo de Trabalho Nacional de Estudos de Gênero, criado em 2001 e suas regionais.

O Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero (ENGTEG) foi pensado em 2013, com a proposta de trocas de experiências e diálogos entre pesquisadoras, professoras da educação básica e estudantes dedicadas à História das Mulheres, Gênero e Feminismo(s). A regional GT Gênero da ANPUH/ES, sob a organização da Profa. Dra. Beatriz Nader, foi a responsável pela primeira edição, ocorrida na UFES, em Vitória-ES, nos dias 19 e 20 de novembro de 2014. Isso significa que desde 2014 o GT Nacional de Estudos de Gênero promoveu encontros nacionais, bi-anuais, com o apoio e a participação de suas regionais.

## APRESENTAÇÃO

Já o II Encontro Nacional ocorreu nos dias 27 e 28 de outubro de 2016, na Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Sua organização foi encabeçada pelo GT de Estudos de Gênero da ANPUH/RJ e coordenada por Lana Lage da Gama Lima Brasil. A terceira edição cujo tema foi "Políticas e Identidades no século XXI", ocorreu na Faculdade Nossa Senhora das Graças (FENSG), da Universidade de Pernambuco, em Recife, nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, e contou com o trabalho do GT Estudos de Gênero ANPUH/PE para sua realização, assim como com a coordenação geral de Andréa Bandeira, e Zélia Gominho, Lídia Possas e Ana Carolina Eiras Coelho Soares como demais coordenadoras. Por sua vez, o IV Encontro, intitulado: "Espaços e caminhos dos Feminismos: História, diversidade e resistências", ocorreu na UNESP, campus de Marília, nos dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2020, de forma remota, devido a pandemia do covid-19, e contou com a organização do GT Estudos de Gênero ANPUH/SP e coordenação de Lídia Possas e Paulo Eduardo Teixeira.

Isso significa que o primeiro reencontro nacional de pessoas historiadoras que pesquisam mulheres, gênero e feminismo(s), após a larga crise sanitária de COVID-19, foi o V ENGTEG, que aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, pela organização do GT Estudos de Gênero e Feminismos da ANPUH-MG, e as atividades presenciais foram na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no Norte de Minas Gerais. Isso porque a pandemia deixou seu legado para a tentativa bem-sucedida de um encontro híbrido, o que favoreceu para que pessoas de todo Brasil e do exterior pudessem participar.

Sua temática, *Gênero e colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente*, acompanhou outros eventos e atividades da ANPUH, com os olhares também voltados para a independência, como os dezoito vídeos do YouTube, em uma série chamada *Escrevendo o Brasil*, focada em questões como a relevante participação de pessoas historiadoras na edificação do que chamamos de Brasil.

## APRESENTAÇÃO

Estávamos saudosas e com apetite para o debate acalorado. Afinal, somos feitas de afetividades e nossas falas por tanto tempo represadas pelo isolamento social necessário impunha-nos a gana de “ir pro mundo”.

Fomos! Montes Claros nos acolheu. Representamos 17 regionais que existem atualmente, contando com os estados Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, unidas sob o guarda-chuva dos Estudos de Gênero para fazer história.

Seguindo o tema, o (re)Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero – com caráter internacional, cuja organização foi encabeçada por Cláudia Maia – revisitou a historiografia da Independência, propôs diferentes leituras, a partir de outras categorias ainda afastadas da história oficial em relação ao imaginário elitista construído em torno do “grito de D. Pedro às margens do Ipiranga”, nos idos 7 de setembro de 1822, seguindo a luta do gênero enquanto categoria de análise em sua persistente busca pela desnaturalização do silenciamento e do apagamento das mulheres e das relações de gênero no campo historiográfico.

Duzentos anos depois da data supracitada, as mulheres ainda estão longe do panteão dos “patriotas” que “ergueram suas espadas” contra a coroa portuguesa, apesar de sabermos e de as fontes evidenciarem que, em todos os movimentos de revolta e sedição contra o domínio colonial, as mulheres tinham papéis preponderantes, quando não centrais.

Foram os casos da pernambucana Bárbara de Alencar, famosa na literatura cearense sobre o 1817 e o 1824, reconhecidamente a primeira presa política da nossa história, e sua correligionária Dona Maria Teodora da Costa, intitulada de forma menor a Noiva da Revolução (Pernambucana de 1817); de Dona Leopoldina, entre tantas outras, por diferentes interesses no largo processo de separação da metrópole portuguesa.

Apesar da leitura possível de que o movimento da Independência foi, ao final, um acordo entre as elites nacionais e internacionais na transição para

## APRESENTAÇÃO

um novo padrão de economia (burguesa) de mercado, exigindo novas lideranças, a política se fez no rés do chão, nas vísceras “fraturadas” das estruturas sociais. E a Independência não se faria longe das encruzilhadas das ideias, conflitos de classe e outras interseccionalidades. Desta forma, neste Dossiê intitulado *V ENGTEG: Gênero e colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente*, separamos os artigos em duas categorias: A primeira, reúne os debates orientados pelas convidadas das mesas de diálogos. A proposta das mesas-redondas foi destacar os debates contemporâneos sobre mulheres, gênero e feminismo(s), relacionados às diferentes questões umbilicais e às diferentes demandas que agitam o universo social. Essas mesas foram formadas de modo a cruzar diferentes lócus conceituais e apresentar a diversidade de opiniões sobre temas fundamentais. Esta parte, intitulada *Diálogos Contemporâneos de Gênero*, conta com quatro artigos escritos por muitas mãos e versam sobre questões do cotidiano da vida em sociedade; problemas abordados comumente nos noticiários e que exigem das acadêmicas uma reflexão mais aprofundada do que é normalmente o trabalho jornalístico, abordando temas como violência sexual, racismo, maternidade e participação política.

A segunda, intitulada *Estudos de Gênero*, cujas autorias são as coordenadoras dos Simpósios Temáticos, reúne as ideias centrais das propostas de simpósios temáticos e os resultados das inúmeras pesquisas em curso e/ou finalizadas, desenvolvidas e socializadas pelas historiadoras organizadoras dos ST's. As pessoas coordenadoras dos STs são as lideranças dos grupos de pesquisa e de trabalho, organizados nas regionais que formam o GT Nacional de Estudos de Gênero ANPUH/Brasil e são as responsáveis, a cada Encontro Nacional do evento, pelas temáticas comunicadas. Esta seção conta com seis artigos, cada qual escrito com muitas mãos, mentes e corações. São parcerias que demonstram a articulação política e intelectual de quem faz o GT Estudos de Gênero ser o grupo mais atuante da ANPUH Brasil.

## 1 Diálogos Contemporâneos de Gênero

O artigo que abre a primeira parte do Dossiê intitula-se *Mulheres e Colonialidade nos 200 anos de Brasil (In)dependente*, escrito pela historiadora e professora Cláudia Maia. A autora da consagrada obra da historiografia de gênero *A invenção da Solteirona* (Mulheres, 2011), neste artigo observa como o fim da colonização não se apresenta como o desaparecimento da colonialidade de gênero. Segundo a autora, as estatísticas apresentadas por diferentes institutos de pesquisas, inclusive fundações públicas, sobre os números da violência de gênero, principalmente quando à categoria “mulher” são interseccionadas outras e diferentes categorias sociais, tais como etnia-raça, classe, sexualidade, geração etc., demonstram a posição de desigualdade das pessoas feminizadas, consideradas “vidas menos preciosas” para o Estado. Entre os dados, causa estranheza à autora o fato dos absurdos números da violência sexual perpetrada contra as pessoas com útero, inclusive em ambientes que deveriam ser seguros, com a leniência da sociedade e do Estado. Cláudia Maia argumenta sobre o significado dos duzentos anos de independência do Brasil para as mulheres em relação ao direito à liberdade, à vida e à igualdade, demonstrando o “longo caminho ainda a ser percorrido para a conquista [das mulheres] à cidadania plena”.

Escrito por duas mulheres latinoamericanas que ocupam espaços privilegiados nos seus sítios originais, mas igualmente racializadas no Norte global, o artigo *Sobre raça, gênero e colonialidade nas independências*, da brasileira Ana Maria Veiga e da argentina Karina Bidaseca, dá sequência à temática e aborda o esvaziamento da efeméride das independências quando as sujeitas em questão são mulheres do Sul global - ameríndias, negras, amefricanas - a fim de lançar e provocar olhares críticos sobre a criação do centro do sistema-mundo em detrimento das “margens” e dos lugares das mulheres nas histórias nacionais, especificamente nos âmbitos brasileiro e argentino. As autoras fazem um passeio teórico e confrontam os argumentos racistas e colonizadores da epistemologia eurocentrada.

No terceiro artigo intitulado *Uma mãe feminista construída nas Crônicas de Mãe*, a poeta, historiadora, professora, feminista, Ana Carolina Eiras Coelho Soares, apresenta uma análise sociocultural e introspectiva sobre a sua coluna *Crônicas de Mãe*. As crônicas que começaram assim e terminaram no livro com mesmo título (Kindle, 2023) são revisitadas pela autora que, nesse artigo, apresenta os resultados das suas investigações sobre o tema a partir de uma perspectiva feminista e uma construção pessoal. Ana Carolina nota a maternidade como uma experiência complexa e internalizada, enraizada cultural e socialmente, reproduzida por uma agenda de demandas impostas quase exclusivamente às mulheres, moldada na contraditória concepção da “boa mãe” e que pode ser revolucionária.

Do espaço privado ao espaço público, o quarto artigo, intitulado *Mulheres na política brasileira contemporânea: desafios e violências*, provoca as cientistas Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Joana Maria Pedro a buscarem na história e na teoria feminista compreensão para o surgimento de novas dicotomias sociais. Nesta peça de traçados sociológicos, as autoras analisam a eleição de mulheres antifeministas como resultado das lutas feministas por demandas de poder. No momento em que o Brasil sobe no *ranking* dos países mais autoritários do mundo, segundo o índice global da democracia registrado em artigo da revista *The Economist*, que considera entre outros fatores a participação política da população, é relevante uma pesquisa que descortine o funcionamento da Lei das Eleições (Brasil, Lei nº 9.504/1997) que estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos preencherem um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas entre seus candidatos, em eleições proporcionais para os cargos eletivos do poder legislativo na realidade dos pleitos, duas décadas depois de promulgada. Na práxis conservadora e reacionária dos partidos de direita, o “não-lugar” das mulheres no poder vem se transformando contraditoriamente em um número crescente de antifeministas no Congresso.

## 2 Estudos de Gênero

A segunda parte do Dossiê inicia com o artigo *Relações de gênero, sexualidades, identidade e poder no Brasil Contemporâneo*, de Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto e Anne Caroline Fernandes Alves, pelo qual as autoras articulam discussões que foram presentes no Simpósio Temático *Relações de gênero, sexualidades, identidade e poder no Brasil Contemporâneo* e realizado no V ENGTEG. Desta forma, discutem como o panorama do Brasil recente, a inflexão histórica do autoritarismo, o neoliberalismo e a condição das mulheres e da população LGBTQI+ ainda são discutidos no “florescer de um movimento em contra-corrente”.

Seguindo a ordem, o segundo artigo, intitulado *Mulheridades e feminilidades ameaçadas: narrativas de coragem trans/travesti no país do transfeminicídio*, da historiadora e professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, enfatiza a análise interseccional das categorias de raça e sexualidade, “resultado do processo dialógico com Wall Alves, uma mulher trans, e de Nina Helena, uma travesti negra, por meio da história oral de vida”. A autora aposta na metodologia da história oral, porque entende que as narrativas de si “são portadoras de memórias pessoais, coletivas e plurais”. Marta Rovai, ao mesmo tempo, narra a experiência das violações dos direitos sofrida por mulheres e feminilidades dissidentes e denuncia o heteroterrorismo, sem apagar a coragem da verdade na resistência e no enfrentamento da morte (simbólica e física) imposta por uma sociedade patriarcal, autoritária e misógina. Esse capítulo é um libelo da historiografia refinada e uma aula completa de como se faz história pelas mãos caprichosas de uma maestra.

O terceiro artigo desta seção, intitulado *Gênero e raça em disputa: a escola e exclusão de sujeitos*, foi escrito pela historiadora e professora Janaina Guimarães da Fonseca e Silva. A autora relaciona os usos dos conceitos de gênero e raça pelos movimentos fundamentalistas e reacionários que fazem ameaças à educação democrática e inclusiva. Janaina Guimarães demonstra, ao analisar a documentação do programa Escola sem Partido e o texto da lei

do Novo Ensino Médio, os impactos sociais e políticos que o suposto combate à “ideologia de gênero” – conceito criado para desqualificar os estudos de gênero e largamente utilizado para atacar a docência progressista e a educação para diversidade nas escolas e universidades –, causa, especialmente às mulheres negras, parcela mais pobre e vulnerável da população.

O artigo *Impressões críticas: Luzanira Rêgo (1977)*, na sequência, é o relato vigoroso e imagético que revela a narrativa clássica da jovem historiadora Katharine Nataly Trajano Santos. A autora escolheu um tema capcioso que poderia levar facilmente ao erro de análise: descortinar na escrita da jornalista Luzanira Rêgo, publicada no *Diário de Pernambuco* nos idos anos de 1970 sobre o Cinema brasileiro, a crítica nas entrelinhas ao governo militar e seus sequazes. Descobre-se, nesse artigo, que a historiadora e seu objeto promovem uma reflexão importante sobre cada dimensão histórica: segundo Katharine Trajano, o cinema foi apenas um dos artifícios utilizados por Luzanira Rêgo para denunciar mazelas, negacionismos da direita, a trajetória golpista e as colonialidades expressas nas artes pelas intelectualidades pernambucanas. Luzanira Rêgo foi apenas o engenho para historiar sobre o Brasil em tempo de ditadura.

No quinto artigo desta coletânea, intitulado *O Protagonismo da história das mulheres e dos estudos de gênero no ensino de história: diálogos, aproximações e (re)existências*, as historiadoras e professoras de História Claudia Regina Nichnig e Vanessa Generoso Paes, retomam o debate sobre a educação inclusiva, a partir da perspectiva do Ensino de História. Ao entender o papel do conhecimento histórico na formação das identidades sociais, refletem sobre o papel das políticas inclusivas para o fortalecimento da nossa democracia, pilar dos preceitos formais e materiais da nossa Constituição; o papel da educação de gênero na construção de valores antipatriarcais, antirracistas e anti-lgbtfóbicos. As autoras demonstram a importância de uma historiografia para um ensino de História que inclua as experiências das mulheres e da população LGBTQIA+, na qual

## APRESENTAÇÃO

sujeitos/sujeitas sejam representados/as sem os estereótipos de gênero, para uma historiografia dialógica, inclusiva e que aponte “as contradições e processos de (re) existência das mulheres na História do Brasil”.

O sexto artigo, intitulado *Gênero e vida religiosa: reflexões hagiográficas*, de Kátia Franciele Corrêa Borges e Marcella de Sá Brandão, analisa a produção hagiográfica, a partir de uma perspectiva de gênero. Elas concordam com o argumento do filósofo romeno e estudioso das religiões Mircea Eliade que afirma a existência de uma característica em comum às doutrinas religiosas, a criação de uma oposição entre a vida sagrada e a vida profana e secular. De diferentes formas, os valores religiosos estabelecem modelos puros de identidade para os diferentes grupos sociais. Nesse escrito trazido pelas historiadoras, elas buscam interpretar o papel da doutrina cristã católica na formação de uma identidade feminina “reclusa e casta”, tendo como mote as narrativas sobre as vidas de santas e santos do panteão católico ocidental, mais especificamente as hagiografias publicadas no jornal religioso *O Romano*, de 1851 a 1853.

No instigante artigo *Perspectivas de gênero: histórias de (re)configurações e (re)existências*, escrito a seis mãos, as historiadoras Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, Michele Tupich Barbosa e Roseli de Oliveira Machado inovaram ao apresentar um artigo constituído de três subtítulos que se complementam, abordando três grandes temas a partir de uma mesma perspectiva analítica, fundamentada na teoria feminista que, mais do que se cruzam, se interseccionam. Assim, as autoras demonstram como a vida em sociedade é sempre resultante de singularidades tramadas em rede, e apontam que as ciências precisam considerar o caráter complexo e contraditório da realidade se pretendem conhecer seus objetos. Ao reunir os temas de gênero, história ambiental, maternidade, perda e luto e o mundo do trabalho acadêmico de mulheres, elas mostram as (re)configurações possíveis da articulação entre História e Estudos de Gênero na contribuição das análises sobre os “atravessamentos da experiência do feminino”, no período pós-pandêmico da Covid-19.

## APRESENTAÇÃO

Para finalizar, *Gênero, poderes e sexualidade nas tramas da história da Bahia (século XX)*, de Artur Vitor de Araújo Santana e Maria Aparecida Prazeres Sanches, ao trazer à luz as relações sexo-afetivas de homens e mulheres pobres, negros ou mestiços, a partir da intersecção de gênero, raça, classe social e cor, denota a indissociabilidade entre essas categorias e o estudo das masculinidades. Essa premissa capacita para a análise de gênero sobre o preconceito de cor que se forjou no processo pós-abolição, no Brasil. O debate central do texto reflete sobre as práticas e representações das masculinidades no século XX, associadas às interpretações das feminilidades, atravessadas pelos condicionamentos históricos dessas produções sociais, principalmente em ambientes culturais voltados para os homens, demonstrando a importância de mudanças na forma como as mulheridades se percebem e estão no mundo e nas suas práxis de transformação sociopolíticas e culturais.

Enfim, Estudos de Gênero, História das Mulheres, Independência(s), Brasil Contemporâneo, Feminismos, Desigualdades, Violências, Colonialidade de gênero, Amefricanidade, Racialização, Desigualdades, Corpos, Maternidade(s), Maternagens, Mulheres negras, Escola, Vida religiosa, Hagiografia, Mídia, Cinema Pernambucano, Sexualidades, Anti-feminismo, Cotas eleitorais e Ciência são todas palavras-chaves que norteiam essas pesquisas, com o propósito de colaborar na reescrita historiográfica, tanto teórica quanto narrativa, bem como atualizar e fornecer novos argumentos para o debate e para a necessária transformação social em favor da equidade de gênero.

Duzentos anos depois, cientes dos entraves epistemológicos conservadores, racistas, cisheteronormativas e patriarcais, e preparadas pelas teorias feministas decoloniais, estamos prontas para questionar a narrativa que pretende nos apagar da História e propor outra, analítica e crítica, que nos inclua.

Mais do que apresentar uma narrativa ingênua que pensa espelhar a sociedade como ela é em todos os seus matizes, transversalidades e

## APRESENTAÇÃO

complexidades, propomos uma narrativa política desde a sua tessitura: uma proposta que descubra o sentido social exclusivista da história linear – que agoniza –, e opta pelo sentido social que alimenta a vida. Nossa afetividade tem lugar na história que contamos, porque a vida aí se origina e se instaura.

A estrutura e os debates que elencamos como necessários no Encontro relacionam o espaço doméstico com o espaço público, desde as construções conceituais de gênero até o amaternar; desde a representatividade feminina na governabilidade e nos espaços de poder até a poética do erotismo e as subjetividades trans. Afinal, somos feitas de muitas identidades e entidades e somos as sementes levadas pelo vento: plantadas onde há paradeiro, em diferentes lugares, germinamos!

O Dossiê que agora publicamos é uma degustação do que foi o V ENGTEG, ou seja, é resultado das falas encontradas no interior das Minas Gerais e que, reunidas, refletem as inquietudes, os avanços científicos e as frustrações dos resultados ainda pouco impactantes diante de tanta violência. Apresentamos, portanto, para deleite de quem se dispõe a saborear, pesquisas que se espalham pelo Brasil, que demonstram a força, a amplitude, o trabalho incansável e crescente de pessoas que se debruçam na categoria gênero e transcendem suas barreiras territoriais e conceituais.

Aceitamos que a ciência dá passos curtos, umas vezes; que dá passos largos e até saltos, outras vezes; e que cada ponto é a possibilidade de uma nova – ou de uma outra – história. Fiquem com elas, e desejamos que os artigos aqui reunidos sejam instigantes e convidativos para os próximos encontros que virão!

Desejamos a todas, todos e todes uma boa leitura!

*Andréa Bandeira<sup>1</sup> e Kaoana Sopelsa<sup>2</sup>*  
*Organizadoras*

## Referências

ROMÃO, Luiza. A colonização foi um estupro. Final Slam da Guilhermina 2018. Youtube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/rFrGrzsxY-8?si=yumuIMANsPiFBWK35>. Acesso em: 18/09/2023.

---

<sup>1</sup> ANDRÉA BANDEIRA SILVA DE FARIAS é Doutora (UFBA), Bacharela (UFPE) e Mestra (UFPE) em História. É professora adjunta com dedicação exclusiva, lotada no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Campus Recife/FENSG), na Universidade de Pernambuco. Pesquisa sobre a História da Mulheres, a partir de uma abordagem de Gênero, vinculada à tradição marxista e decolonial. Colabora com as revistas História, histórias (UnB 2318-1729), Temporalidades (UFMG 1984-6150), Ciências Humanas em Revista (UFMA 1678-8192), Revista Ibero Americana (PUCRS 0101-4064) e foi editora das revistas Gênero & História (UFPE 1807-9229) e a Revista Historien (UPE 2177-0786). É líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisa de Ciências Sociais da UPE (NUPECS), vice-líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero (NUPEGE/UFRPE), integrante do ProjetAH, História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões e integrou a coordenação nacional do GT Estudos de Gênero ANPUH Brasil (gestões 2020-2021 e 2021-2023). É autora de diversos capítulos e artigos publicados em livros, e-books e revistas especializadas, integra a organização das obras: *Sete histórias, inúmeros a(u)tores* (2005); *Gênero, identidades políticas no século XXI* (EDUPE, 2021); *Nas Margens, lugares de rebeldia, saberes e afetos* (EDUFBA, 2022); *Tempo de contar* (EDUPE, 2023). É co-idealizadora e co-diretora do programa de podcast *Segundas Feministas, seu programa de história online*, no ar desde 2020, resultando no e-book *Segundas Feministas vai à escola* (EDUPE, 2023). E-mail: andrea.bandeira@upe.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2958-1203>.

<sup>2</sup> KAOANA SOPELSA é Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGE-UNIOESTE). Especialista em Arqueologia, Patrimônio Cultural e História pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Graduada em História pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Coordenadora conjunta do Grupo de Trabalho Nacional de Estudos de Gênero da Associação Nacional de História (ANPUH). Diretora Geral do podcast *Segundas Feministas*. Docente do Ensino Básico e Público no Paraná. Pesquisa principalmente Clarice Lispector, problemáticas feministas e LGBTQIAPN+, como direitos e violências contra as mulheres e os gêneros, sexualidade e não-monogamia. É a(r)tivista, ilustradora, pansexual e vegana.